

**GENERAIS ENTRE PODERES: UMA ROTINA DE “INDISCIPLINA”, “CRISES” E
“INSUBORDINAÇÃO” (2007-2018)**

***GENERALES ENTRE PODERES: UNA RUTINA DE “INDISCIPLINA”, “CRISIS” E
“INSUBORDINACIÓN” (2007-2018)***

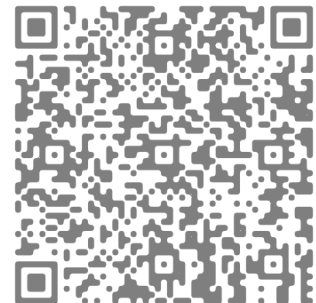
***GENERALS BETWEEN POWERS: A ROUTINE OF “INDISCIPLINE”, “CRISES”
AND “INSUBORDINATION” (2007-2018)***



Guilherme Alessandro Lemos da Silva MOREIRA¹
e-mail: guilhermemoreira@estudante.ufscar.br

Como referenciar este artigo:

MOREIRA, G. A. L. S. Gerais entre Poderes: Uma rotina de “indisciplina”, “crises” e “insubordinação” (2007-2018). **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 2, e023017, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32iesp.2.985>



| **Submetido em:** 08/05/2023
| **Revisões requeridas em:** 29/08/2023
| **Aprovado em:** 19/10/2023
| **Publicado em:** 05/12/2023

Editora: Profa. Dra. Simone Diniz
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSCar).

RESUMO: Com as eleições de 2018, observou-se no cenário brasileiro a presença significativa de generais do Exército Brasileiro eleitos para o Congresso ou tornando-se ministros de Estado. Neste artigo tratou-se da carreira militar de quatro desses generais: Antonio Hamilton Martins Mourão, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Maynard Marques de Santa Rosa e Eliéser Girão Monteiro Filho. A partir de uma análise sistemática de reportagens dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo entre setembro de 2007 e novembro de 2018, analisaram-se as noções de “crise”, “indisciplina” e “insubordinação” frequentemente utilizadas para descrever a atuação desses generais durante governos anteriores. Ao final, foi observado como estes oficiais atuaram enquanto porta-vozes do Exército, em uma continuada exposição midiática que consubstanciou suas capacidades militares em poder e autoridade política, ao mesmo tempo, em que a instituição militar passava a percepção de “punição” por suas declarações.

PALAVRAS-CHAVE: Exército Brasileiro. Política Militar. Crise. Indisciplina. Jornais.

RESUMEN: Con las elecciones de 2018, se ha observado en el escenario brasileño la presencia significativa de generales del Ejército Brasileño electos para el Congreso o se convirtiendo en ministros de Estado. En este artículo abordamos la carrera militar de cuatro de estos generales: Antonio Hamilton Martins Mourão, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Maynard Marques de Santa Rosa y Eliéser Girão Monteiro Filho. Desde un análisis sistemático de reportajes de los periódicos O Globo, Folha de S. Paulo y O Estado de S. Paulo entre septiembre de 2007 y noviembre de 2018 se analizó las nociones de “crisis”, “indisciplina” e “insubordinación” recurrentemente utilizadas para describir la actuación de esos generales durante gobiernos anteriores. Al final, observamos como estos oficiales actuaron como portavoces del Ejército, en una constante exposición mediática que concretizó sus capacidades militares en poder y autoridad política mientras que la institución militar pasaba la percepción de “punição” por sus declaraciones.

PALABRAS CLAVE: Ejército Brasileño. Política Militar. Crisis. Indisciplina. Periódicos.

ABSTRACT: In the 2018 elections, the meaningful presence of generals from the Brazilian Army elected to the Congress or becoming Ministers of State has been observed in the Brazilian scenario. This article addresses the military careers of four generals: Antonio Hamilton Martins Mourão, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Maynard Marques de Santa Rosa, and Eliéser Girão Monteiro Filho. From a systematic analysis of reportages from the newspapers O Globo, Folha de S. Paulo, and O Estado de S. Paulo between September 2017 and November 2018 it has been analyzed the notions of “crises”, “indiscipline,” and “insubordination” often used to describe the procedure of these generals during previous governments. In the end, we have observed how these officers acted as spokespersons for the Army, in constant media exposure that concretized their military capabilities in political power and authority while the military institution passed the perception of “punishment” for their declarations.

KEYWORDS: Brazilian Army. Military Policy. Crises. Indiscipline. Newspapers.

Introdução

Muitos têm sido os esforços para compreender o que levou as Forças Armadas, em tese afastadas do poder político desde o final do Regime Militar (Martins Filho, 2010), a se tornarem nos últimos anos uma das instituições com maior representatividade na composição de cargos da administração do Executivo Federal, sobretudo após a vitória eleitoral da chapa presidencial do Capitão Jair Bolsonaro e do General de Exército Antônio Hamilton Martins Mourão². Ainda durante a campanha e mesmo após a posse ministerial de um número considerável de oficiais, sobretudo advindos do Exército Brasileiro, grande parte das atenções se voltaram para as carreiras que tais militares haviam percorrido no interior das Forças Armadas até aquele momento.

Se, em um primeiro plano, as carreiras militares foram utilizadas como estratégia eleitoral e governamental de distinção desses atores, arregimentando a formulação da “competência técnica” na composição dos cargos, em um segundo momento alguns trabalhos acadêmicos³ e jornalísticos⁴ apontavam para um quadro de nomeação de uma série de militares que nas últimas duas décadas haviam desempenhado pontos focais de indisposições com os governos petistas e mesmo com o de Michel Temer, com menções recorrentes aos generais Antônio Hamilton Martins Mourão, Augusto Heleno Ribeiro Pereira e Maynard Marques de Santa Rosa.

Nesse contexto de fatos e partindo de uma análise sistemática de reportagens veiculadas pelos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, entre setembro de 2007 e novembro de 2018⁵, serão problematizadas as noções de “indisciplina”, “crise” e “insubordinação” frequentemente utilizadas para se analisar a carreira militar daqueles generais. Na primeira seção se verá como tais noções, além de não partirem da *cultura* militar⁶

² Por exemplo Leirner (2020); Martins Filho (2021); Cortinhas e Vitelli (2021); Vitelli (2021); Oliveira (2021a; 2021b); e Oliveira e Kalil (2021).

³ Por exemplo Martins Filho (2019).

⁴ Por exemplo Fernandes (2018); Ferraz e Xavier (2018); Vitor (2018a; 2018b).

⁵ Foram realizadas buscas por palavras-chave nos acervos digitais dos três jornais, restringindo-se a menções nominais aos quatro generais tratados neste artigo. O acervo do O Globo pode ser consultado em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>; Folha de S. Paulo em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>; e O Estado de S. Paulo em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Nesse último acervo há a possibilidade de coleta da “edição Brasil” ou da “edição São Paulo”, em nosso caso preferiu-se coletar as reportagens da última uma vez que o próprio jornal informa que esta seria a edição concluída “mais tarde”, isto é, aquela que “[...] a Redação tem mais tempo para concluir a edição, o que permite ainda refinar mais o noticiário”. Acessado em: 30 de janeiro de 2023.

⁶ O termo “cultura” é aqui utilizado no sentido de Roy Wagner enquanto uma “[...] base de comunicação em convenções compartilhadas”, isto é, o compartilhamento de elementos simbólicos (palavras, imagens, gestos e etc) e suas respectivas associações por um relativo número de pessoas, tornando possível a orientação da experiência e do entendimento humano. Em nosso caso, o uso do conceito wagneriano também procura destacar o caráter inventivo (criativo) da cultura, a qual ao ser dotada de uma “ambiguidade criativa” *inventa* constantemente versões

para compreender eventos que ocorrem em seu bojo, se constituíram em uma importante ferramenta pela qual a instituição militar passou a dissimular sua atuação política por meio da exposição midiática, tendo como foco pautas envolvendo a inserção militar na Amazônia, em especial na questão de demarcações de terras indígenas de forma contínua e na faixa de fronteira. Nesses casos, o processo se deu, sobretudo, através de *porta-vozes* que atuaram de maneira disciplinada e hierárquica, em um jogo que incluiu o manuseio de regras internas relativas à movimentação de oficiais-generais do Exército Brasileiro, produzindo situações de falsa punição frente à percepção “civil”⁷.

Já na segunda seção, serão evidenciadas como uma vez estabelecida a fórmula gerativa de indisposições com os governos “civis”, tratou-se de replicá-la na carreira de demais generais. Desta forma, sucedendo-se a uma política de exposição midiática levada a cabo pelo comandante do Exército, se evidenciará como as capacidades militares consubstanciaram-se em poder e autoridade política (LEIRNER, 2020), a qual passou a ser utilizada para objetivos eleitorais de outros membros da cadeia de comando.

Ao final, à luz dos dados apresentados, o texto dialoga com trabalhos recentes que têm caracterizado tal atuação política por meio da constituição de um partido político informal, o chamado Partido Militar. Será demonstrado como, para além de pautas corporativas, tal organização se insere em um intrincado contexto de dissolução da Democracia e a emergência de figuras caracterizadas enquanto populistas, ao mesmo tempo que preserva seus objetivos de domesticação da sociedade e do Estado como um todo, bem como a emergência de figuras caracterizadas como populistas.

A “questão amazônica”

Durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República (2003-2010), muitos foram os momentos considerados de “crise” política envolvendo as Forças Armadas (OLIVEIRA, 2009; MARTINS FILHO, 2010). Nessa seção, nos deteremos àqueles envolvendo a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) e a publicação da primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa (END) e da terceira edição do Plano Nacional

“marcadas” de si própria, estendendo, assim, o rol de associações convencionais de seus próprios elementos simbólicos (WAGNER, 2010 [1975/1981], p. 54-85).

⁷ Optou-se por utilizar o termo “civil” entre aspas por entendermos junto com Lauriani Albertini (2009) que tal termo não deixa de ser uma “invenção” dos próprios militares, demarcador entre o “fora” e o “dentro” das instituições militares.

de Direitos Humanos, dando especial atenção às carreiras dos generais Santa Rosa, Ribeiro Pereira e Girão Monteiro Filho⁸.

Terra Indígena Raposa Serra do Sol

O interesse por parte do Exército Brasileiro sobre a forma de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no nordeste do estado de Roraima se insere no contexto doutrinário-estratégico e simbólico, vislumbrado por aquela instituição para a Amazônia brasileira desde o início da década de 1990, período que marca as transferências de Brigadas de Infantaria do Sul e do Sudeste do país para a região (MARQUES, 2007). Tal dinâmica consagrada oficialmente pela publicação da primeira Política de Defesa Nacional em 1996, a qual apresentava em seus objetivos a necessidade de “valorização da presença militar”⁹ na Amazônia (BRASIL, 1996, p. 6-10).

Neste contexto, a Amazônia tornou-se, em pouco tempo, uma área prioritária para a Defesa Nacional, uma vez que segundo a reorientação doutrinário-estratégica do Exército, no período pós-Guerra Fria dos anos 1990, os países centrais, sobretudo o Estados Unidos da América, agora liberados dos constrangimentos ideológicos que orientavam suas ações militares, utilizar-se-iam de pautas humanitárias e ecológicas como, por exemplo, a *proteção da Amazônia* e a *proteção das populações indígenas*, para camuflarem seus interesses nas riquezas naturais e minerais da região e na consequente *internacionalização da Amazônia* (LEIRNER, 1995; MARTINS FILHO; ZIRKER, 2000; MARTINS FILHO, 2002; MARQUES, 2007; LOURENÇÃO, 2007).

Complementarmente, para além dos aspectos geopolíticos depositados no interesse militar pela Amazônia¹⁰, pesquisas já apontavam para necessidade de se compreender os elementos simbólicos propriamente militares envolvidos naquela reorientação¹¹. Essas pesquisas apontam que mudanças simbólicas também foram realizadas: à medida que duas

⁸ Optou-se por integrar à análise o general Girão Monteiro pelo seu papel proeminente no mercado de tomadas de posição sobre a demarcação da TIRSS em 2008. Bem como, pelo fato de general ter sido eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte pelo PSL em 2018, mesmo partido pertencente de Jair Bolsonaro.

⁹ Esse objetivo será reiterado e acrescido da necessidade de *desenvolver e vivificar* a faixa de fronteira na atualização da PDN de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm. Acesso em: 09 jul. 2021.

¹⁰ Destacados nos trabalhos de João Roberto Martins Filho (2001, 2002, 2010), João Roberto Martins Filho e Daniel Zirker (2000), Humberto Lourenção (2007), Eliézer Rizzo de Oliveira (2009), Érica Winand e Héctor Luis Saint-Pierre (2010) e Luís Alexandre Fuccille (2015),

¹¹ Entre os quais Piero Leirner (1995, 1997, 2012, 2020), Celso Castro (2004 [1990], 2002), Castro e Adriana Barreto de Souza (2012) e Adriana Aparecida Marques (2007).

comemorações outrora importantes, a vitória sobre a “Intentona” comunista em 1935 e a “Revolução” de 31 de março de 1964, perderam importância, fortaleceram-se as comemorações relacionadas à I Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648), a qual, a partir de 1994, por iniciativa do então ministro do Exército, general Zenildo Zoroastro de Lucena, passou a ser a data de comemoração do Dia do Exército (CASTRO, 2002, 2004; CASTRO; SOUZA, 2012).

Não por acaso, a mensagem implícita da *invenção*¹² recente da tradição de Guararapes seria sua própria associação com a Amazônia (CASTRO, 2002). Tanto no episódio da Batalha quanto nos dias atuais o Exército observaria uma *cobiça internacional* fruto de atores mais bem equipados e em maior número que as “forças nacionais”, e que atuariam através de táticas de guerrilha tendo como foco a dissimulação de seus reais interesses (CASTRO; SOUZA, 2012; MARQUES, 2007). Procura-se, assim, por meio de uma *invenção*, vincular representações de espaços e tempos distintos (CASTRO; SOUZA, 2012, p. 228), de forma a produzir uma continuidade entre eles, a qual se torna, no limite, a “evidência” da continuidade da instituição ao longo da história aos olhos dos próprios militares (LEIRNER, 1997, p. 130).

É justamente nesse cenário de progressivo “Amazônia, volver” por parte do Exército (Matos, 2010, p. 145) que se insere a participação das Forças Armadas na demarcação da TIRSS. Tal participação inicia-se em 2002, quando fora instalado o 6º Pelotão Especial de Fronteira de Uiramutã, município criado em 1995 pelo governo de Roraima por meio da Lei Estadual n.º 98, juntamente com ao município de Pacaraima. À época, ambos os territórios municipais já se encontravam inseridos como terras indígenas, uma vez que desde 1993 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) os reconhecia como integrantes dos 1.678.800 hectares a serem demarcados de forma contínua (SILVA, 2012, p. 113-114)¹³.

Em 7 de outubro de 2002, cinco meses após a criação do Pelotão, fora promulgado o Decreto n.º 4.412 pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Este decreto estabelecia que no interior de “terras tradicionalmente ocupadas por indígenas” era garantido às Forças Armadas (FA) e à Polícia Federal (PF) a “liberdade de trânsito”, a possibilidade de

¹² Castro (2002) deriva o termo do conceito de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm (1997), na qual o autor procura ressaltar que tais tradições “[...] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica[ria], automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”, sendo utilizadas diante de transformações amplas e rápidas do mundo moderno (HOBSBAWN, 1997, p. 09-10). O uso que fazemos se aproxima ao de Castro, justamente por sua proximidade também com a formulação de *invenção* de Roy Wagner, na qual esta é entendida enquanto um processo geral e permanente da cultura humana, que pode ocorrer frente às “transformações” do mundo moderno, mas não necessariamente dependentes delas.

¹³ Não por acaso, a criação de municípios dentro de área indígena objetivava justamente a inviabilização de sua demarcação (SANTILLI, 2001, p. 122 *apud* SILVA, 2012, p. 114), uma vez que, posteriormente, tanto os municípios quanto o próprio Pelotão do Exército seriam utilizados como justificativas para a demarcação da TIRSS em forma de ilhas.

“instalação e manutenção de unidades militares e policiais” e “a implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira”¹⁴.

A permissão ao “livre trânsito e acesso” das FA seria reiterada pela Portaria n.º 534 de 13 de abril de 2005 do Ministério da Justiça, usada de base para o decreto de homologação da TIRSS assinado dois dias depois pelo então presidente da República, Lula¹⁵. Segundo o decreto, em seu Art. 4, seria assegurado “[...] a ação das Forças Armadas, para a defesa do território e da soberania nacionais, e do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol”¹⁶.

Todavia, uma vez demarcada, a retirada da população não-indígena que habitava o interior da TI deveria ser realizada no prazo de no máximo um ano, isto é, abril de 2006¹⁷. Porém, tal prazo somente foi considerado esgotado pela FUNAI em abril de 2007, em decorrência de uma série de ações ajuizadas no Supremo Tribunal Federal (STF) que contestavam a demarcação e pediam garantias para que a população não-indígena permanecesse no interior da TI até que o STF decidisse sobre tais ações, o que veio a ocorrer somente em junho quando aquela corte permitiu que a FUNAI desse início à remoção (SILVA, 2012, p. 137).

O processo de retirada de não-indígenas prolongou-se até setembro daquele ano, quando a PF, encarregada de realizar a operação, solicitou apoio logístico ao Ministério da Defesa (MD). A ideia seria que a Aeronáutica e o Exército auxiliassem os mais de 500 agentes da PF a entrarem na reserva e fornecessem apoio à operação. Entretanto, o general Maynard Marques de Santa Rosa, então secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, por duas vezes afirmou - uma em entrevista ao jornal O Globo e outra em uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - não somente a resistência das Forças Armadas em dar apoio à operação, como também em relação à própria demarcação da TIRSS (ÉBOLI, 2007a; 2007b).

¹⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4412.htm. Acesso em: 07 jul. 2021.

¹⁵ Demarcada com uma extensão de 1.747.464 hectares, compreendendo os municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã; e abrigando os povos Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011, p. 250).

¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/dnn/Dnn10495.htm. Acesso em: 07 jul. 2021.

¹⁷ Segundo consta na Portaria n.º 534 de 13 de abril de 2005 do ministro da Justiça. Disponível em: http://www.pickupau.org.br/mundo/raposa_serra_do_sol/raposa_serra_sol_portaria_20534.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022.

Por conta de ambas as declarações, Santa Rosa foi exonerado do cargo que ocupava no MD. Na oportunidade, o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, há duas semanas no cargo de comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA), afirmou que seus recursos eram “reduzidíssimos” caso precisasse dar auxílio à PF, bem como comentou a exoneração de seu colega: “respeito profundamente a posição dele (sobre Raposa Serra do Sol) porque o conheço muito. Ele estuda o assunto há muito tempo. É um conhecedor da área” (ÉBOLI, 2007b).

A declaração sobre Santa Rosa seria o preâmbulo de outras quatro tomadas de posição do general Heleno sobre a TIRSS (MONTEIRO, 2007; GOIS, 2008; CARVALHO, 2008A; O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008), as quais chegariam ao *clímax* com uma palestra sua no Clube Militar do Rio de Janeiro em 16 de abril de 2008. Naquela ocasião, para uma plateia de militares da reserva e da ativa (TABAK; MENEZES, 2008; MONTEIRO; NOGUEIRA; PARAGUASSÚ, 2008), declarou:

[...] eu sou totalmente a favor do índio porque [...] eu não sou da esquerda escocesa, que, atrás de um copo de uísque 12 anos, sentada na Avenida Atlântica, resolve os problemas do Brasil inteiro. Eu não sou a esquerda escocesa eu estou lá [na Amazônia], já visitei mais de 15 comunidades indígenas, estou vendo o problema do índio [...]

Eu não tenho dúvida que o maior problema da Amazônia hoje é a questão indígena. [...] A política indigenista brasileira está completamente dissociada do processo histórico de colonização do nosso país, precisa ser revista com urgência. Eu não estou contra os órgãos que cuidam disso [FUNAI], **eu quero me associar para rever uma política que está demonstrada no terreno que não deu certo até hoje, é só ir lá olhar as comunidades indígenas para ver que essa política é lamentável, para não dizer que é caótica. É lamentável!** [...] Essa política indigenista tem que ser modificada!

[...] eu tenho recebido muita visita na Amazônia e tenho constatado que muita gente que tem nas suas mãos decisões envolvendo a Amazônia desconhecem a área, muitas vezes quando chegam lá para nos visitar é a primeira vez que sobrevoam a Amazônia e tem nas mãos decisões que interessam a Amazônia. Então a primeira grande preocupação é que aqueles que estão decidindo sobre a Amazônia vão lá nos conhecer, conhecer a realidade da Amazônia com o pé no chão e não atrás de uma mesa, porque aí todos os problemas ficam muito diferentes na realidade.

[...] Apesar de ser totalmente responsável por tudo aquilo que falei, **eu procurei expressar ali a ideia, opinião e posição do Alto-Comando do Exército** que é um órgão que serve ao Estado brasileiro e não serve ao governo (grifo meu)¹⁸

O general, a partir de então, seria para jornalistas, autoridades, “civis” e para si próprio – como demonstram suas palestras já no serviço inativo¹⁹ - o oficial cuja “marca” remeteria à crítica da política indigenista do governo Lula, tomada como “lamentável” e “caótica”.

¹⁸Ver <https://www.youtube.com/watch?v=Q3ZyNbnRmWI> Acesso em: 14 jun. 2021.

¹⁹ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=QjYZXeYhKFc&t=4666s>. Acesso em: 08 jul. 2022.

Apesar de jornalistas e autoridades “civis” tentarem situar tais declarações por via da caracterização de Heleno como “identificado com a velha linha dura” da ditadura (FREITAS, 2008), ou de opiniões que não eram compartilhadas por todos da Força (ANGELO, 2008), a percepção geral, reiterada por demais militares da ativa e da reserva das FA, foi de que Heleno, estando autorizado para realizar a palestra pelo comandante do Exército, verbalizava o pensamento de seus pares e da própria instituição sobre a *questão amazônica*, em especial sobre as demarcações de terras indígenas naquela região²⁰.

Embora, mesmo caracterizando, em tese, um episódio de transgressão disciplinar²¹, não houve qualquer punição atribuída ao general, ainda que se tenha tentado imputar uma ação de “censura” por parte do governo Lula em relação a ele (MONTEIRO, 2008). O fato foi resolvido em uma curta reunião entre o ministro da Defesa, Nelson Jobim, Heleno e Enzo Martins Peri, então comandante do Exército. Após a reunião, Jobim repassou as justificativas do general a Lula, o qual deu o episódio como encerrado (CARVALHO, 2008b). Heleno permaneceria até abril de 2009 comandando o CMA, quando foi transferido para o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, evento ventilado enquanto uma espécie de “rebaixamento” ou “punição”, o que parece não ter sido exatamente o caso, como se verá a seguir.

Até aqui, apenas o general Santa Rosa de certa forma havia sido “punido” pelo governo Lula, por meio de exoneração do cargo – procedimento que não consta entre as punições previstas pelo Regulamento Disciplinar do Exército²². Porém, um relato de Jobim é revelador sobre como os esses dois episódios foram tratados internamente de formas distintas:

Foi um general de quatro estrelas, da ativa, que estava no Ministério da Defesa [referência ao general Maynard Santa Rosa] [...]. Ele fez lá uma declaração e saiu estampado... Eu me acordo de manhã, abro o jornal, estava a declaração desse... que era um negócio... Acho que era terra indígena. Não me recordo mais o que era, mas era uma coisa... criticando as decisões do governo. Aí eu

²⁰ São os casos dos generais Luiz Cesário da Silveira Filho, Mário Mateus Madureira, Leônidas Pires Gonçalves (TABAK; MENEZES, 2008), Paulo Cesar Castro (O GLOBO, 2008a), Eliéser Girão Monteiro Filho (ÉBOLI, 2008a, 2008b), Jarbas Passarinho (CARVALHO; BERLINCK, 2008), Gilberto de Figueiredo (FOLHA DE S. PAULO, 2008) e do almirante Marcos Martins Torres (MONTEIRO, 2008).

²¹ Consta no art. 77 § 1º a) do Estatuto dos Militares: “é proibido o uso de uniforme em manifestações de caráter político partidário”; uma vez que Heleno encontrava-se fardado durante a palestra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm. Acesso em: 04 nov. 2021.

²² Seguindo o Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto 4.346/2002) que especifica as transgressões disciplinares e estabelece as normas referentes às punições, não há nenhuma menção à remoção do cargo como forma punitiva à transgressão disciplinar. Tais punições, em ordem crescente de gravidade são: “Art. 24 [...] I – a advertência; II – o impedimento disciplinar; III – a repreensão; IV – a detenção disciplinar; V – a prisão disciplinar e VI – o licenciamento e a exclusão a bem da disciplina”. O que nos leva a crer que a remoção do cargo ocupado pelo militar trata-se de método punitivo informal que visa justamente driblar a abertura do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) previsto no Regulamento.

me acordei, vi aquilo, sete horas, liguei para o Enzo, “Enzo, vamos remover esse cidadão”. Porque esses cargos eram todos, na época, do presidente da República. “Ah! O que é que houve?”. Eu disse: “Olha, Enzo, prepara tudo aí. Eu vou conversar com o presidente, ele vai ser removido. “E você me diz para onde é que ele vai. Eu vou destituí-lo dessa função”. Aí o Enzo disse: “Está bem. Está bem”. “Avise ele”. “Está certo, ministro, está correto”. Aí eu fui ao Palácio. Quando eu estava no Palácio, entra o Lula, furioso. “O que é isso, Jobim?!”. Eu disse: “Não, não tem nada. Pode assinar”. “O que é isso?”. “É o ato destituindo o sujeito”. “O quê? Vai destituir?”. “Vai, vai destituir”. “Mas e...?”. “Não tem problema, está tudo resolvido. Inclusive já foi lá para o corredor”. É aquela história: quando você tira o oficial de um cargo de comando, enfim, de um órgão administrativo ou mesmo de Força, você tem uma forma: você bota à disposição do comandante do Exército. À disposição do comandante, fica no corredor, não tem função. Então botamos à disposição... Ficou à disposição do comandante do Exército e saiu daquela função.

O outro caso, o general Heleno, que era um sujeito muito diferente desse aqui [general Santa Rosa]... **Esse aqui não tinha a liderança que tinha o Heleno dentro do Exército.** Aí o Heleno fez lá umas declarações, **que, materialmente, estavam corretas, sobre o negócio de terra indígena e sobre a forma de a Funai conduzir etc. e tal.** Aí eu chamei o Heleno. Aí o pessoal da Funai, do Ministério da Justiça, enfim, o pessoal... queriam tirar o Heleno. Aí eu fiz o contrário, eu chamei o Heleno e disse: “Olha, eu só peço que você não fale mais no assunto. Eu posso contar contigo?”. “Ministro, não tem problema, não falo mais no assunto”. “Então você vai ficar”. Aí todo mundo vinha para cima de mim. Até que eu disse “Não vou demitir, não. **Ele vai ficar. Ele é importante,** ele vai ficar e não vai falar mais no assunto” (CPDOC, 2015, p. 11-13, grifo meu).

Isto é, dado o alto prestígio que Heleno apresentava no interior da instituição²³, característica reiterada exaustivamente pelos jornalistas durante o episódio, o general não foi removido de seu cargo, sendo orientado a não dar mais declarações públicas. Entretanto, os dois casos aqui em questão emergem enquanto uma oportunidade privilegiada de se observar como a oposição da *cultura* militar em relação aos “civis” (ou, como eles chamam, *paisanos*); estrutura-se enquanto base para uma *ação política* de convencimento dos *outros*, com consequências estruturantes para a trajetória de determinados generais do Exército Brasileiro que se submetendo a uma exposição midiática foram inseridos no imaginário social que realizou, a longo prazo, a consubstancialização política de suas carreiras militares (CASTRO, 2004; LEIRNER, 1997; 2020).

²³ Em 1986 ao terminar em primeiro lugar o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o general foi condecorado com a “Medalha Marechal Hermes – Aplicação e Estudo” de prata dourada com passadeira de três coroas de louros por ter sido o primeiro colocado também na Academia Militar das Agulhas Negras e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, posições de alto prestígio na Força. Além de ter ao longo da carreira ocupado cargos em lugares de prestígio como, por exemplo, de primeiro *force commander* da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUTAH) e no próprio Comando Militar da Amazônia. *In*: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/augusto-heleno-ribeiro-pereira>. Acesso em: 03 ago. 2022.

A estruturação contrastiva da cultura militar emerge na medida em que as tomadas de posição de Heleno dotam de sentido militar a *questão amazônica* ao preenchê-la pela dimensão da *soberania nacional*, a qual constitucionalmente as FA seriam destinadas a preservar. Assim posto, processos demarcatórios desencadeados por “civis” tomados como *ignorantes* da “realidade amazônica”, decorrente de sua suposta “ausência na região”, apenas podem resultar numa reação das FA que *conhecedoras da região porque presentes nela*, estão no seu nível de competência para se opor às ações do governo federal, que é, antes de tudo, “civil”.

Plasma-se aqui uma dimensão simbólica própria da cultura militar em que Amazônia e Forças Armadas tornam-se significantes permutáveis. Nesta dimensão, ao falarem sobre a Amazônia e terras indígenas, os militares falam de si próprios e de seu pertencimento ao Exército, isto é, a uma cadeia de comando-obediência regradada pela total ausência “civil”, a qual circunscreve sentimentos de pertencimento à instituição a partir de elementos socializadores associados àquela região do país (LEIRNER, 1995; 1997; 2012; 2020; CASTRO, 2004 [1990]; 2002; CASTRO E SOUZA, 2012; MARQUES, 2007; MARTINS FILHO; ZIRKER, 2000).

O episódio que envolve o general Heleno coloca em evidência como esta mesma cadeia é imediatamente ativada de forma a produzir uma verdadeira *operação militar de comunicação social* em meio a jornalistas e políticos²⁴, levada a cabo por diversos militares da ativa e da reserva. Não por acaso, é possível observar uma homogeneização das tomadas de posição de militares que sucedem à palestra, tanto em relação à questão em foco (Amazônia/terras indígenas), quanto em relação à constatação de não haver nas falas de Heleno, elementos que caracterizariam quebra de hierarquia e/ou disciplina (MOREIRA, 2021). A partir da perspectiva militar, o general estava devidamente autorizado pelo comandante do Exército para realizar a palestra (dimensão hierárquica) e havia expressado as opiniões e posições compartilhadas e defendidas por *quase todos* e, portanto, *autoevidentes* para qualquer militar que faça ou tenha feito parte das Forças Armadas (dimensão disciplinar) (Wagner, 2010).

Há, assim, um processo de estruturação hierárquica e disciplinar das tomadas de posição de Heleno e de todos os outros militares que o sucedem, as quais explorando elementos simbólicos de pertencimento a uma instituição que sociabiliza seus integrantes em relativo isolamento em relação ao “mundo de fora”, passaram despercebidos à maioria de “civis” que

²⁴ Enquanto uma “operação militar” pode ser entendida como o “conjunto de ações realizadas com forças e meios militares, coordenadas em tempo, espaço e finalidade, de acordo com o estabelecido em uma diretriz, plano ou ordem para o cumprimento de uma atividade, tarefa, missão ou atribuição” (BRASIL, 2017), a “comunicação social” trata de um “multiplicador do poder de combate” que, entre outros objetivos, procura “conformar a opinião pública” (BRASIL, 2009a).

também tomaram posição sobre a palestra (MOREIRA, 2021). Não impressiona perceber que em alguns casos a percepção *paisana* do processo somente dotou de sentido as falas de Heleno via o argumento da “opinião pessoal”, apreendendo o general enquanto pessoa física e não moral, isto é, dissociado de seu papel de *porta-voz* do Exército (BOURDIEU, 2004, P. 189; CLASTRES, 1978 p. 103). Ou, ainda, que endereçassem a responsabilidade pelo conteúdo da palestra a elementos exógenos da cadeia de comando: grupos ultranacionalistas vinculados a militares da reserva, em especial do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, que objetivariam cooptar militares da ativa em relação ao seu “[...] inflamado discurso contra a política indigenista brasileira” (CAVALCANTI-SCHIEL, 2009, p. 150).

Na percepção “civil” tudo se passa como se ao falar de Amazônia e terras indígenas Heleno estivesse exteriorizando concepções alheias à cultura legitimada pelo Exército aos seus militares, fazendo derivar desse processo *chamadas à ordem* particularistas, focalizadas e consequentemente limitadas que se manifestarão ora na remoção de tais militares de seus cargos (como no caso de Santa Rosa), ora na condenação de suas declarações realizadas de forma pública (como no caso de Heleno), sem que a cultura militar que associa aquela instituição à Amazônia seja contestada. Nesse caso em questão, tal associação foi reiterada discursiva e legalmente: em 22 de julho daquele ano, após a palestra, o governo Lula publicou o Decreto n.º 6.513 que estabelecia em seu Art. 3-A o *dever* do Comando do Exército em instalar “[...] unidades militares permanentes, *além das já existentes*, nas terras indígenas situadas em faixa de fronteira [...]”^{25 26}.

Complementarmente, com a revogação de trechos do Decreto n.º 4.412 de 7 de outubro de 2002, o novo texto estabelecia que o Comando do Exército não mais precisaria consultar a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI ou mesmo as populações indígenas afetadas para instalar unidades militares em terras indígenas, submetendo tais projetos à consulta somente do Ministério da Defesa e da Presidência da República. No mês seguinte, em consonância ao novo decreto, Nelson Jobim, acompanhado de Heleno, afirmou que novos Pelotões Especiais de Fronteira seriam instalados em reservas indígenas, mesmo “contra a vontade de ONGs ligadas aos índios”, as quais “poderiam protestar” o quanto quisessem (O GLOBO, 2008b).

²⁵ http://www.pla.nalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6513.htm Acessado em 14 de julho de 2021.

²⁶ Para o jornalista Jailton Carvalho a iniciativa seria “[...] uma tentativa de diminuir a resistência militar contra a criação de grandes reservas em áreas de fronteira” (Carvalho, 2008b).

Todavia, apesar do conhecimento público desde 8 de maio, via imprensa, de que o governo redigia um decreto que procuraria reforçar a presença militar em terras indígenas, isto não impediu que no dia 10 daquele mesmo mês, três semanas após a palestra de Heleno no Clube Militar, uma manifestação de arroteiros, políticos e comerciantes de Roraima contrários à demarcação da TIRSS terminasse em um ato dentro da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Boa Vista - RR), sendo acompanhada de uma palestra destinada aos manifestantes realizada pelo comandante da Brigada, general Eliéser Girão Monteiro Filho, hierarquicamente submetido ao CMA comandado pelo general Heleno (ÉBOLI, 2008a).

Monteiro, além de manifestar apoio ao seu superior hierárquico, Heleno, afirmou que o processo de demarcação significava “risco à soberania nacional” e deu orientações aos manifestantes: “cobrem respeito à propriedade e à dignidade de vocês e exijam que possa passar comida, combustível [por dentro da reserva]. A terra que está lá, ainda que dentro da Raposa, ainda está sob o nome de suas famílias. São [sic] dos senhores [...]”, e emendou: “[...] com que direito esses índios fazem isso [proibição de entrada de não-índios da reserva]?! Cabe a Funai fazer esse controle”. Ao final do ato, Monteiro negou que o ocorrido tivesse sido uma manifestação política, o que caracterizaria transgressão disciplinar, afinal, segundo ele, uma manifestação desse tipo seria realizada em um palco ou tribuna e ali ele estava recebendo os mais de 30 manifestantes “dentro de uma sala, no [seu] quartel” (ÉBOLI, 2008a) – ver figura 1.

Figura 1 – Manifestação de arroteiros no interior da 1ª Bda Inf SI



Fonte: Éboli (2008a)

Depois de noticiado os fatos, Monteiro concedeu ainda uma entrevista ao O Globo no dia seguinte, na qual afirmou que “o Estado deveria pensar bem antes de fazer novas

demarcações ou fechar os processos. Para que criar terra indígena e entregar para uma ONG cuidar?” (ÉBOLI, 2008b). Naquele mesmo dia, 11 de maio, O Globo noticiou que as ações de Monteiro foram recebidas pelo Palácio do Planalto como “um gesto de insubordinação explícita”, no entanto, o ocorrido não recebeu comentários e ações por parte do governo Lula, apesar de caracterizar uma série de eventos que transgrediam a disciplina militar²⁷ (CAMAROTTI, 2008).

Após o ocorrido, Monteiro saiu do comando da 1ª Brigada em agosto daquele ano (BRASIL, K., 2008), indo para Brasília exercer a função de Diretor de Transporte e de Mobilização do Comando Logístico do Exército e de Chefe do Gabinete de Planejamento e Gestão do mesmo comando, funções que exerceu até março de 2009, quando, a pedido, foi para a reserva com o objetivo de exercer o cargo de secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima sob o governo de José de Anchieta Júnior²⁸, político que teve forte atuação para tentar impedir a demarcação da TIRSS. Monteiro, após sucessivos cargos políticos²⁹, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Norte pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2018.

É possível dizer que o caso de Monteiro encarna bem o processo pelo qual a exposição midiática de uma “franca convicção” sobre a identidade entre o Exército e a Amazônia, acaba por produzir situações claras de “convencimento dos outros” (LEIRNER, 1995, p. 130), revelando a própria dinâmica de como a instituição lida com demais atores sociais e políticos, constituindo-se em um potente grupo de interesses operativo de uma porta giratória entre a caserna e a política, dinâmica que também marcará a trajetória dos demais generais aqui analisados. Por outro lado, como se verá a seguir, é relevante observar que apesar das concessões amplas feita pelos “civis” em relação à presença militar na Amazônia, em especial

²⁷ Segundo o Regulamento Disciplinar do Exército, são transgressões disciplinares passíveis de punição: “31. Representar a organização militar ou a corporação, em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado; 32. Assumir compromissos, prestar declarações ou divulgar informações, em nome da corporação ou da unidade que comanda ou em que serve, sem autorização; [...] 56. Tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de assuntos de natureza político-partidária ou religiosa; 57. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária; 58. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária; 59. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 27 jan. 2022. Ainda, segundo o Estatuto dos Militares: “art. 77 § 1º a) é proibido o uso de uniforme em manifestações de caráter político partidário”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 27 jan. 2022.

²⁸ Disponível em: <https://generalgiraio.com.br/quem-sou/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

²⁹ Monteiro permaneceu secretário de Segurança Pública de Roraima até fevereiro de 2012, quando assumiu a Secretaria de Justiça e Cidadania daquele mesmo estado até julho de 2013. Em 2014 deixou Roraima e se tornou secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Norte (RN), sendo responsável pela segurança durante os jogos da Copa do Mundo daquele ano em Natal, permanecendo no cargo até 2015. Já entre janeiro de 2017 e março de 2018 exerceu o cargo de Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito em Mossoró-RN. Disponível em: <https://generalgiraio.com.br/quem-sou/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

em terras indígenas³⁰, tais iniciativas não impediram que novos episódios de “crises” e “insubordinações” surgissem nos meses subsequentes, com uma curiosa repetição de *portavozes* do Exército.

Estratégia Nacional de Defesa e Plano Nacional de Direitos Humanos.

Se em 2007 o general Maynard Marques de Santa Rosa havia sido exonerado do cargo que ocupava no Ministério da Defesa por suas declarações sobre a TIRSS, a análise dos fatos mostra que pouco tempo depois tal “punição” não o impediu de voltar aos noticiários em mais dois episódios de “crise” com o governo Lula.

O primeiro deles ocorreu em março de 2009, quando Santa Rosa, à época chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército (DGP), e os generais Paulo César Castro, chefe do Departamento de Ensino e Cultura, e Luiz Cesário da Silveira Filho, comandante do Comando Militar do Leste, redigiram três documentos com “críticas” à publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END), a qual havia sido elaborada pelo MD e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Para os três generais, a END era um “documento de cunho político, sem respaldo em ideias de consenso nacional”, dotado de medidas “utópicas” e “inexequíveis” que privilegiariam projetos de modernização da Aeronáutica e da Marinha, em detrimento do Exército, além de procurar submeter as compras de armamento e equipamentos das três Forças à Secretaria de Compras do Ministério da Defesa, órgão controlado por “civis” (ÉBOLI, 2009; Azedo; Rocha, 2009). Segundo os generais, tal centralização no MD permitiria “a introdução de **idiossincrasias típicas da administração civil**, como a corrupção e o tráfico de influência” (MONTEIRO, 2009a, grifo meu).

Comentando o ocorrido, o comandante do Exército, Martins Peri, procurou “tranquilizar” o ministro da Defesa: a extensão das “críticas” não tinha grande alcance na caserna, na verdade, eram “pontuais” e tratavam de “documentos pessoais” apresentados apenas para “deixar registrado seus pontos de vista” (MONTEIRO, 2009b).

Já o segundo episódio ocorreu no ano seguinte, quando a Folha de S. Paulo noticiou no dia 10 de fevereiro que circulava na internet há mais de duas semanas uma carta assinada por Santa Rosa com críticas à Comissão Nacional da Verdade (CNV) (CATANHÊDE, 2010,

³⁰ No caso de Raposa Serra do Sol, as concessões não partiram apenas do Executivo, mas também foram vislumbradas pelo Judiciário. Ao final do julgamento da validade do processo demarcatório, o STF estabeleceu condicionantes à demarcação, entre as quais a garantia do livre trânsito das Forças Armadas no interior da Terra Indígena (MOREIRA, 2021).

online), prevista na terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) lançado em dezembro de 2009 (BRASIL, 2009b), a qual seria uma “comissão da calúnia”:

Confiar a fanáticos a busca da verdade é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa. [...]

A “Comissão da Verdade” de que trata o Decreto de 13 de janeiro de 2010³¹, certamente, será composta dos mesmos fanáticos que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o sequestro de inocentes e o assalto a bancos, como meio de combate ao regime, para alcançar o poder. [...]

Portanto, essa excêntrica comissão, incapaz por origem de encontrar a verdade, será, no máximo, uma “Comissão da Calúnia” (CATANHÊDE, 2010, online).

Comentando a carta, mais uma vez o comandante do Exército Martins Peri relatou em nota ser “uma *correspondência pessoal* do referido oficial-general indevidamente propagada pela internet, sendo, portanto, *uma opinião particular*”. Apesar disso, o general foi exonerado do DGP, ficando enquanto adido no gabinete do comandante do Exército até março daquele ano, data na qual o general seria passado para a reserva por completar 12 anos de oficial-general. Como lembrou a própria jornalista Eliane Catanhêde, com ou sem a carta, Santa Rosa seria passado para a reserva.

No entanto, está aqui posto uma outra dimensão dos episódios de “insubordinação” militar. Se, por um lado, os eventos envolvendo Heleno em 2008 nos informavam que a percepção de que tais episódios que expressavam *opiniões pessoais não representativas da cultura do Exército* advinham dos “civis”, por outro, os eventos aqui em questão evidenciam que a própria instituição, uma vez situada em uma posição de relativo fechamento em relação ao “mundo de fora”, pôde manusear suas regras internas para fabricar de forma interessada situações de aparente “punição” acopladas em movimentações normais da carreira militar: trocas de comando e passagens para a reserva³².

Os casos abordados exemplificam bem este manuseio. Os generais Paulo César Castro e Cesário da Silveira Filho, quando “criticaram” a END em março de 2009, estavam prestes a irem para a reserva compulsoriamente por terem atingido os 12 anos limites como oficiais-generais (MONTEIRO, 2009a). Já Santa Rosa, que acompanhou ambos nas “críticas”, ficaria em seu posto até março do próximo ano, quando também passaria compulsoriamente para o serviço inativo pela mesma regra e utilizaria a oportunidade para também “criticar” o governo,

³¹ O decreto dispunha sobre a criação de um Grupo de Trabalho que elaboraria o anteprojeto de lei que instituiria a CNV. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12389.htm. Acesso em: 09 jul. 2022.

³² Como reiterado na nota de rodapé n. 16 supra, transferência do cargo ocupado não caracteriza punição disciplinar prevista nem no Regulamento Disciplinar do Exército, nem do Estatuto dos Militares.

tal qual seus colegas haviam feito um ano antes. Isto é, todos saíam de seus cargos com ou sem as “críticas” ao governo. Todavia, tais movimentações eram enquadradas como “punições” aos respectivos militares.

Paralelamente, se voltarmos a Heleno, este, mesmo realizando declarações em abril de 2008, somente seria exonerado do cargo em abril 2009, cumprindo uma regra do Exército de que Generais de Exército nos últimos quatro anos da carreira ficam, metade desse período em cargos de comando operacionais, como é o caso do CMA, e a outra metade comandando o Estado-Maior do Exército ou algum órgão de direção setorial, como no caso de Heleno que foi transferido para o DCT³³. Todavia, apesar se tratar de uma movimentação normal e amplamente conhecida por qualquer outro militar, Heleno já em 2011, na cerimônia de passagem para a reserva, tratou de imprimir ao ocorrido em 2009 ares de “punição”: "quando fui nomeado, ouviram que eu estava sendo colocado na geladeira profissional. Sem dúvida, o DCT nada tinha a ver com meu perfil e minhas aptidões. Por decisão do comandante supremo [presidente Lula], eu me tornara o exemplo típico do homem errado no lugar errado"³⁴.

Relevante observar que na mesma oportunidade e em um contexto no qual a CNV já havia gerado uma série de reações das Forças Armadas (LEIRNER, 2020), mais uma tentativa de “crise” foi ensaiada. No final de março de 2011, houve uma determinação da presidenta Dilma Rousseff para que não houvesse as *convencionais* celebrações militares do dia 31 de março, data que marca o golpe civil-militar de 1964. Justamente naquele dia havia sido marcada uma palestra de Heleno intitulada “A contrarrevolução que salvou o país”. A palestra que “selaria” a despedida do general do serviço ativo era esperada com “grande expectativa” por demais militares que teriam a oportunidade de escutar seu “desabafo”. Entretanto, a palestra acabou por ser cancelada pelo Comando do Exército como forma de “evitar o acirramento dos ânimos, em pleno debate público sobre a criação da Comissão da Verdade” (MALTCHIK, 2011).

Interessante notar que, se os episódios que envolviam os generais Santa Rosa, Heleno e Girão Monteiro Filho ainda durante o governo Lula direcionavam-se à *questão amazônica*

³³ Os comandos operacionais são os comandos militares do Nordeste (CMNE), Leste (CML), Sudeste (CMSE), Oeste (CMO), Amazônia (CMA), Sul (CMS), Planalto (CMP) e Norte (CMN). A exceção à regra explicitada é o CMP, comandado por um general de divisão (3 estrelas) e não de exército (4 estrelas). Já os órgãos de direção setorial são: Departamento-Geral de Pessoal (DGP), Departamento de Engenharia e Construção (DEC), Comando Logístico (COLOG), Comando de Operações Terrestres (COTER), Secretaria de Economia e Finanças (SEF), Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Agradeço a Marcelo Pimentel Jorge de Souza, oficial da reserva do Exército Brasileiro, pelos esclarecimentos quanto a essas distinções.

³⁴ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2011/05/913533-general-helena-volta-a-defender-golpe-de-64-ao-passar-para-reserva.shtml>. Acesso em: 24 abr. 2022.

como lastro simbólico das tomadas de posição e da atuação política desses oficiais, reiterando o pertencimento ao Exército por esta via, aos poucos, tal questão passou a ser acompanhada de uma reativação do *anticomunismo* e de sua atualização em *antipetismo*, sobretudo após a criação da CNV (LEIRNER, 2020)³⁵.

Assim, quatro episódios em que movimentações normais no interior do Exército foram utilizadas como plataforma para “crises” com o governo. Nessas oportunidades, tratava-se de dotar de sentido pessoal as manifestações feitas pelos generais que rapidamente eram “punidos” por meio da remoção dos cargos que ocupavam, passando aos “civis” uma percepção distorcida de que as “insubordinações” haviam sido resolvidas e que a hierarquia e a disciplina tinham sido preservadas, isso tudo sem a utilização dos procedimentos formais previstos no Regulamento Disciplinar do Exército como, por exemplo, a abertura de um Procedimento Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis transgressões disciplinares.

Porém, ao fim e ao cabo, tais episódios também realizaram uma consubstancialização das capacidades militares desses generais em poder e autoridade política (LEIRNER, 2020). Heleno, por exemplo, trilhou uma carreira que sempre caminhou *pari passu* com uma exposição midiática³⁶, a qual encontrou elementos de distinção pessoal ancorados nos episódios de indisposição com os governos Lula e Dilma. Não é de se espantar que, já em 2008, se observavam pedidos em redes sociais para que o general se candidatasse à Presidência³⁷, os quais seriam reiterados novamente em 2014, com uma clara associação ao “movimento anti-PT” e com a própria figura do então deputado Jair Bolsonaro³⁸.

Assim, cristalizada a fórmula gerativa de “crises” e “punições” enquanto estruturante de uma dimensão importante da atuação política do Exército, tratava-se agora de o *exemplo arrastar* demais atores (SOUZA, 2021).

“Aqui o que está acontecendo é a rotina do Exército”

Em 2008, enquanto Heleno tornava-se conhecido por suas tomadas de posição sobre a TIRSS, o general Antônio Hamilton Martins Mourão era comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva em São Gabriel da Cachoeira (RR) e, portanto, subordinado a Heleno.

³⁵ Para uma análise sobre a história do anticomunismo na sociedade brasileira e nas FA consultar respectivamente Motta (2000) e Santos (2009; 2014).

³⁶ Como pode ser observado no relato do próprio em Haswani (2016) e CCOMSEX (2021).

³⁷ <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17518&keyword=Augusto&anchor=5215866&origem=busca&originURL=&pd=193be0b8ed3c574649d32be92d3fa1f3> acessado em 09 de julho de 2022.

³⁸ <https://istoe.com.br/350106-O+CANDIDATO+DOS+MILICOS/> acessado em 26 de abril de 2022

Porém, Mourão, ao contrário de seu superior hierárquico, teria projeção nacional somente em 2015, enquanto comandante do Comando Militar do Sul (CMS).

Em 20 de outubro de 2015, tornaram-se públicos trechos de uma palestra do general Mourão realizada em 17 de setembro daquele ano, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre:

A maioria dos políticos de hoje parecem privados de atributos intelectuais próprios e de ideologias, enquanto dominam a técnica de apresentar grandes ilusões que levam os eleitores a achar que aquelas são as reais necessidades da sociedade. [...]

[...] a mera substituição da PR [Dilma Rousseff] não trará mudança significativa no ‘status quo’ [...] a vantagem da mudança seria **o descarte da incompetência, má gestão e corrupção**. [...]

Neste momento de crise, toda consciência autônoma, livre e de bons costumes **precisa despertar para a luta patriótica**, contribuindo para o retorno da autoestima nacional, do orgulho de ser brasileiro e da esperança no futuro (VIZEU, 2015, *online*).

Após a divulgação do conteúdo da palestra, a notícia de sua exoneração do CMS veio acrescida também de um outro elemento que teria “contribuído” para que a medida fosse tomada: o comandante da 3ª Divisão do Exército, general José Carlos Cardoso, subordinado a Mourão, expediu convites para uma cerimônia de homenagem póstuma ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-CODI de São Paulo, falecido no dia 15 daquele mês de outubro (CRUZ; GIELOW, 2015, *online*).

A exoneração de Mourão teria sido acertada entre o ministro da Defesa, Aldo Rebelo (PCdoB), e o comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, ambos teriam concordado que Mourão “não podia continuar” (CRUZ; GIELOW, 2015, *online*), o que “agradou” o governo pela rapidez da solução de passar o general para um “cargo burocrático” da “geladeira” da Força (FRANCO, 2015) isto é, para a Secretaria de Economia e Finanças do Exército. A ação “*serviria de exemplo*” ao demais militares de que “[...] este tipo de postura não é aceitável por parte de um general de Exército da ativa, falando para seus subordinados” (Monteiro, 2015a), perspectiva reiterada por Villas Bôas, que também aproveitou o ocorrido para dizer que “militar tem de falar, pode falar. [...] **A sociedade se desacostumou a ouvir os militares** e sempre que os militares se manifestam isso causa reação, repercussão e não deve ser assim” (MONTEIRO, 2015b, grifo meu).

Por outro lado, apesar de ser dado por jornalistas, autoridades “civis” e militares um sentido punitivo ao ocorrido, um relato do general Mourão na cerimônia que marcava sua saída do CMS em janeiro de 2016 revela uma outra realidade:

A minha saída foi uma **substituição normal dentro do Exército**, normalmente a gente fica em torno de dois anos e eu já estava para completar dois anos, e o comandante houve por bem fazer essa troca direta entre eu e o general [Edson Leal] Pujol. Quanto às declarações que houveram, foi uma palestra que eu fiz no âmbito do público interno e que alguns aspectos daquela palestra foram pinçados e publicados. **Então aqui o que está acontecendo é a rotina do Exército, nada mais que isso** (TVE-RS, 2016, *online*).

Mourão por suas declarações, assim como o general Heleno em 2008, angariou apoio da sociedade de forma geral, via exposição midiática, fenômeno que, se visto a partir de um dos relatos do próprio general Villas Bôas, parece ter sido, a partir de algum momento, a diretriz vigente no interior da instituição: “estimulei os generais de exército no sentido de serem proativos e ocuparem os espaços de comunicação nas áreas ou setores de atividade. Aos poucos, fomos avançando e passamos a dialogar com a mídia” (CASTRO, 2021, p. 184). Mas não só.

Um dos resultados imediatos daquela dinâmica tornou-se evidente nas manifestações pró-impeachment da presidenta Dilma Rousseff e pró-intervenção militar ainda em 2015. Em meio a essas manifestações era possível observar um boneco inflável do general Mourão fardado e com faixa presidencial no gramado do Congresso Nacional. Ao lado do boneco, os mesmos manifestantes simulavam o velório de Lula e Dilma (ÉBOLI, 2015) - ver figura 2.

Figura 2 – Boneco inflável General Mourão (novembro de 2015)



Fonte: Brito (2018)

Entretanto, repetindo os passos dos generais Heleno e Santa Rosa, Mourão, um ano depois, voltaria aos noticiários, mesmo após ter sido supostamente “punido”. Em 18 de

setembro de 2017, tornou-se de conhecimento público a realização de uma palestra sua na Loja Maçônica de Brasília. Na ocasião, além de comentários negativos sobre os governos Lula e Dilma, o general declarou:

Eu estou falando aqui a forma como o Exército pensa. [...] Na minha visão, que coincide com a visão dos meus companheiros do Alto-Comando do Exército nós estamos em uma situação de [...] aproximações sucessivas, até chegar o momento em que ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos ou então **nós teremos que impor isso.** [...] Os poderes terão que buscar a solução senão conseguirem chegará a hora que **teremos que impor uma solução e essa imposição não será fácil, ela trará problemas** (DEFESANET, 2017, *online*)

Para jornalistas e autoridades “civis”, a colocação se tratava de uma “insinuação” a um “golpe militar”, bem como um comentário destinado ao presidente Michel Temer, que um dia antes da palestra havia sido denunciado pela segunda vez pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por organização criminosa e obstrução de justiça (MONTEIRO, 2017a). Após o ocorrido, ficou acertado entre Villas Bôas e o ministro da defesa, Raul Jungmann, que Mourão não seria punido; a ideia seria não transformar o general em “vítima”, uma vez que estaria em vias de ir para a reserva e se candidatar à presidência do Clube Militar (MONTEIRO, 2017B; FARIA; TRUFFI; MONTEIRO, 2017).

Nesse caso, tratou-se novamente de ser reiterada a fórmula da “opinião pessoal” que já havia se constituído em uma importante ferramenta de confusão da percepção “civil” e de apagamento disciplinar e hierárquico da estruturação dessas tomadas de posição, isto é, articuladoras de elementos simbólicos próprios da cultura militar e recaladoras do pertencimento ao Exército. Naquela oportunidade, Mourão e Villas Bôas constituíram-se em uma dupla de *porta-vozes* que hora se complementavam, hora se contradiziam. Se em um primeiro plano durante a palestra Mourão afirmava representar as opiniões do Alto-Comando (MONTEIRO, 2017a), após a repercussão, ambos convergiram para a ideia de que somente aquele último poderia falar em nome da instituição, uma vez tratar-se do comandante da Força³⁹.

Complementarmente, no interior dessa dinâmica, Mourão acabou por encarnar, aos olhos “civis”, o já convencional papel de “militar autoritário” e “pró-golpe militar”, enquanto no outro polo dessa atuação “em pinça”, Villas Bôas pôde, nas diversas entrevistas que concedeu, reiterar sua posição de “militar democrático”, passando a ideia de que o Exército

³⁹ <https://globoplay.globo.com/v/6160237/?s=0s> acessado em 24 de abril de 2022

atuava nos limites da “legalidade, legitimidade e estabilidade” e da não interferência no processo político. Tratou-se, como já foi dito, de uma clara atuação *bad cop/good cop* respectivamente, normalizadora da presença de ambos no imaginário social por meio de uma exposição midiática continuada (LEIRNER, 2020, p. 74).

Mourão ainda *enquanto militar da ativa*⁴⁰, voltou aos jornais em dezembro daquele ano. Na oportunidade, *pela terceira vez*, tornou-se público o conteúdo de outra palestra sua, dessa vez realizada a convite do grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma). Além de declarar apoio à candidatura presidencial de Bolsonaro, Mourão fez referências ao então presidente Michel Temer: “não há dúvidas que atualmente nós estamos vivendo a famosa Sarneyzação (em referência ao ex-presidente Sarney). O nosso atual presidente vai aos trancos e barrancos buscando se equilibrar e mediante o balcão de negócios chegar ao final de seu mandato” (FRAZÃO, 2017).

Novamente o episódio foi utilizado para dar a impressão de “punição”:

O Exército pedirá ao ministro da Defesa, Raul Jungmann, a destituição do general Antonio Hamilton Mourão do cargo de secretário de Economia e Finanças do Comando do Exército depois que ele afirmou que o presidente Michel Temer faz do governo um ‘balcão de negócios’ para se manter no poder. Mourão vai ficar sem função à espera do tempo de ir para reserva, em março de 2018. Para o lugar dele, o comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, indicou o general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira (ESTADO DE MINAS, 2017, *online*).

Ainda que a ida de Mourão para a reserva estivesse acertada desde setembro, as declarações públicas do general não deixaram de produzir confusões entre jornalistas, como atesta o último trecho descrito. Porém, seguindo os passos de Santa Rosa e Heleno, a própria cerimônia de passagem para a reserva em fevereiro de 2018 seria utilizada como plataforma para expor o pensamento predominante do Exército sobre o “combate ao comunismo”: rememoração elogiosa às ações do Exército contra a “Intentona” Comunista e a “jornada vitoriosa da Revolução de 1964”, com agradecimentos estendidos ao coronel Ustra, considerado “herói” pelo general (LIMA, 2018, *online*). Após a cerimônia, em que o general foi saudado pelo comandante do Exército como um modelo de “liderança pelo exemplo”,

⁴⁰ Consta no art. 77 § 1º a) do Estatuto dos Militares: “é proibido o uso de uniforme em manifestações de caráter político partidário”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 10 jan. 2022. Segundo o Regulamento Disciplinar do Exército, são transgressões disciplinares: “57. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária; [...] 59. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado”. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 7 ago. 2022.

Mourão em entrevista aos jornalistas declarou que “o ‘Judiciário precisa fazer o papel dele e expurgar da vida pública pessoas que não têm condições de dela participar’, acrescentando que esse entendimento inclui[a] também o presidente Michel Temer” (DEFESANET, 2018, *online*).

Já na reserva coube a Mourão assumir o papel de “articulador” das campanhas de militares das Forças Armadas em 2018 (VICTOR, 2018, *online*), dando as “linhas-mestras de ação” e alinhamento dos discursos de candidaturas como as dos generais Eliéser Girão Monteiro Filho (PSL), Roberto Sebastião Peternelli Junior (PSL) e Paulo Chagas (PRP)⁴¹. Outra candidatura que recebeu atenção do general, ainda durante o serviço ativo e contrariando o Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto 4.436/2002) e o Estatuto dos Militares (Lei 6.880/1980), foi a do tenente-coronel Luciano Lorenzini Zucco.

Candidato pelo PSL a deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, Zucco recebeu apoio político do general em um vídeo em que ambos aparecem fardados nas dependências da Secretaria de Economia e Finança do Exército comandada por Mourão. No vídeo, postado somente quando o general estava na reserva – demonstrando o interesse em driblar possíveis punições –, afirma: “nós precisamos de gente que tenha conhecimento, capacidade e determinação de enfrentar isso [a crise de segurança pública] e impor as medidas que forem necessárias para que a nossa população recupere o direito de ir e vir e viva em tranquilidade no nosso país. Esse aqui é o Zucco, podem contar com ele” (GENERAL..., 2018)⁴² – ver figura 3.

⁴¹ Dos três, apenas Paulo Chagas não foi eleito, o general disputava o governo do Distrito Federal. Girão Monteiro foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte e Peternelli deputado federal por São Paulo.

⁴² <https://www.youtube.com/watch?v=Xy72TaTJlxA>. Acesso em: 03 de setembro de 2023.

Figura 3 – Mourão e Zucco na secretaria de economia e finanças do exército



Fonte: General... (2018)

Além da inserção política, nos casos aqui descritos é possível observar um padrão de conduta bem característico de um ciclo OODA aplicado ao “meio civil”⁴³, com produção de *dissonâncias cognitivas* e potencialização de um quadro de *viés de confirmação* que procurou formar na opinião pública a ideia de que, embora “crises” militares tivessem emergido, estas rapidamente haviam sido solucionadas pela própria cadeia de comando do Exército, preservando, ao fim e ao cabo, a hierarquia e a disciplina militar (LEIRNER, 2020, p. 103-106).

Nos casos expostos neste artigo torna-se patente como o “polo militar” pôde engendrar uma série de erros perceptivos no “polo civil”, que passou a enxergar as constantes exonerações de cargos como ferramentas punitivas plausíveis - mesmo que inexistentes como mecanismo formal previsto no Regulamento Disciplinar - ao mesmo tempo que endereçava as tomadas de posição não há cultura militar legitimada pelo Exército na sociabilização de seus militares, mas às “opiniões pessoais” manifestadas publicamente.

Quanto a isso, Eliézer Rizzo de Oliveira (1994) chama atenção para como o direito ao discurso político manteve-se nas Forças Armadas como uma regra não escrita mesmo após o fim da Ditadura: “Segundo esta regra, nem todos os militares podem falar; nem todos os que

⁴³ O ciclo OODA é composto pelas dimensões “observe”, “oriente”, “decida”, “aja”. Para mais detalhes consultar Leirner (2020).

falam, não devendo tê-lo feito, serão punidos. Este não é um direito universal aplicável às altas patentes; ele é essencialmente discricionário”⁴⁴.

O fato de que os generais Santa Rosa, Ribeiro Pereira, Girão Monteiro Filho e Martins Mourão não tenham sido punidos mediante abertura de Processo Administrativo Disciplinar não significa que a ausência de punições é uma constante histórica no meio militar⁴⁵. Tanto no passado, quanto nos eventos aqui explicitados, trata-se de demonstrar que “nada lhes acontece[eu] porque a aplicação dos regulamentos militares é essencialmente política” (IBID, p. 189) e uma vez carregando tal natureza, torna-se repetitivo afirmar o caráter dissimulativo adotado pela cadeia de comando que para “fora” da instituição afirmava estar aplicando os regulamentos ao bem da disciplina e hierarquia, “punindo” tais militares via a remoção dos cargos que ocupavam, ao mesmo tempo que para “dentro” não fazia o uso de nenhum desses regulamentos, utilizando-se das movimentações normais daqueles oficiais-generais como forma de dramatizar ainda mais as supostas “punições”.

Conclusão

Com o final da Ditadura, as Forças Armadas brasileiras passaram por um período de “crise de identidade” com fortes influências em seu aparato doutrinário-ideológico (MARTINS FILHO, 2000). Nesse período, além de uma ressignificação da Amazônia brasileira, sobretudo em tratando da atuação do Exército, a instituição procurou fazer valer seus interesses na Constituição de 1988, em especial de temas como a Justiça Militar, o emprego interno para garantia da “lei e da ordem” e a manutenção do serviço militar obrigatório (OLIVEIRA, 1994; VIANA, 2021).

Na esteira desta inserção política que não terminou após os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, mais recentemente algumas pesquisas têm identificado uma atuação que parece se dar nos moldes de um partido político informal. Caracterizado por Oliveira e Kalil (2021), o chamado *Partido Militar*⁴⁶ apresentaria um núcleo duro permanente e uma estrutura

⁴⁴ Ibid, p. 189

⁴⁵ Podemos lembrar aqui os General Newton Cruz e Eclides Figueiredo, punidos em junho de 1989 com prisão de 8 e 10 dias respectivamente por chamarem o então ministro do Exército, Lônidas Pires Gonçalves, de “covarde” e “omisso” (O GLOBO, 1989). Posteriormente, em maio de 1990 novamente ambos foram punidos por críticas ao então presidente da República, Fernando Collor de Melo, Cruz ficou preso por 10 dias, enquanto Figueiredo recebeu uma repreensão por escrito (SOBRAL, 1990; O GLOBO, 1990). Em todos os casos, as punições envolviam tomadas de posição dos generais em jornais e estavam pautadas no Regulamento Disciplinar e no Estatuto dos Militares.

⁴⁶ As autoras partem do conceito de Partido Fardado de Ferreira (2000) e da coletânea organizada por Rouquié (1990) sobre *Os Partidos Militares no Brasil*, atualizando tais formulações para o entendimento do processo de Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 32, n. esp. 2, e023017, 2023. e-ISSN: 2236-0107
DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32iesp.2.985>

organizativa que repetiria aquela utilizada pelas próprias Forças Armadas, isto é, baseada na hierarquia e disciplina. Sem programa definido, o Partido objetivaria prioritariamente a conquista de objetivos corporativos (e não institucionais ou pessoais) e a ocupação de cargos pela sua própria base (militares advindos das Forças Armadas e das forças de segurança).

Complementarmente, Marcelo Pimentel Jorge de Souza (2021), a partir de uma ótica “interna” ao Exército Brasileiro, chamou atenção para demais elementos caracterizadores da politização militar vetorizada por aquele Partido. Trata-se de um grupo político de natureza hegemônica dotado de memória histórica e vocação institucional; base ideológica definida; pautas de interesses coletivo e corporativo específico; direção “partidária” distribuidora de poder interno; quadros “partidários”; base eleitoral e militante e, o que considero principal, com a eleição de Jair Bolsonaro, tal grupo assumiu o controle do governo em direção, sentido e intensidade, para além de uma simples ocupação de cargos no Executivo Federal e a adoção de políticas corporativas de interesse das Forças Armadas.

Nesse sentido, em um contexto de partidos e figuras políticas caracterizados como “populistas” e que parecem imitar o padrão algoritmo das redes digitais visando satisfazer o maior número possível de expectativas de eleitores-clientes diversos, ao mesmo tempo que corroem a democracia por dentro de suas próprias instituições (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; EMPOLI, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019). Pode-se identificar o fenômeno do Partido Militar como dotado de características híbridas, que não somente imbricam a Política na Guerra e vice-versa, mas também atuam borrando fronteiras entre o público e o privado (LEIRNER, 2020) e, portanto, entre o corporativo, o institucional e o pessoal.

Não por acaso, em um quadro crônico de enfraquecimento do controle civil via *competição* (política, simbólica e midiática) (BELIAKOVA, 2021), o uso de estratégias como apelo público via declarações na mídia, endosso de candidatos, construção de alianças com outros setores da sociedade e instituições, bem como o *lobby* parlamentar (BROOKS, 2009), não deixaram de se manifestar mesmo após a conquista de “pautas corporativas”. O caso da inserção do Exército na Amazônia, em especial nas discussões sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, parece exemplificar bem esse processo na medida em que o objeto das “reclamações” militares - livre trânsito militar em Terras Indígenas e maior efetivo na região amazônica - não somente já se encontrava garantido por lei, como foi reiterado em novas normativas do Executivo e do Judiciário e ainda assim, generais “indisciplinados” continuaram

politização das Forças Armadas no contexto da eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Ver também Oliveira e Kalil (2021).

atuando política e midiaticamente na questão (MARQUES, 2007; LEIRNER, 2020; MOREIRA, 2021).

É justamente nesse sentido que a análise sistemática dos eventos envolvendo os generais Santa Rosa, Ribeiro Pereira, Girão Monteiro Filho e Martins Mourão revela que, para além das constatações de que os episódios em questão caracterizaram transgressões disciplinares (MARTINS FILHO, 2010; 2019), pode-se inferir que tais episódios de “insubordinação”, “crise” e “indisciplina” constituem um importante subproduto da segmentação que atravessa a instituição por sua via hierárquica, e que suas “soluções punitivas” estruturam-se enquanto uma forma *quase* autônoma da própria instituição produzir estabilizações que recalcam o sentimento de pertencimento de seus militares à instituição em oposição aos “civis/paisanos” (LEIRNER, 1997; 2020). Não é coincidência que todos os episódios aqui tratados envolvam elementos simbólicos que em algum momento da história do Exército foram *convencionalizados* como definidores da identidade da instituição e de seus militares, os quais encontram na Amazônia e no anticomunismo/antipetismo, sua potência socializadora (CASTRO, 2002; CASTRO E SOUZA, 2012; MARQUES, 2007; LEIRNER, 1995; 2020; MOTTA, 2000; SANTOS 2009; 2014).

Não seria exagero afirmar que a cultura da instituição e sua atuação política deva muito a esses momentos de aparente “tensão” com os “civis”, que guardam eficácia justamente em sua constante incompletude, em “soluções” que apenas podem ser parciais e provisórias. É precisamente por esse fato que “militares indisciplinados” continuaram a surgir mesmo após a sucessão de episódios de amplas concessões “civis” às “reclamações” e às “pautas corporativas”.

Da mesma forma, a exposição midiática daqueles generais não resultou apenas em ganhos institucionais e corporativos como, por exemplo, a alteração de normativas sobre demarcações de terras indígenas, mas também pessoais na medida em que produziu uma consubstancialização de méritos militares em valiosos atributos políticos, não somente para se imporem entre seus pares, mas também entre lideranças “civis”: Mourão filiou-se ao Partido Renovador Trabalhador Brasileiro (PRTB) e Heleno, ao Partido Republicado Progressista (PRP), ambos em abril de 2018 (MANTOVANI, 2018; ÉBOLI, 2018); compondo a chapa vitoriosa daquele ano, Mourão tornou-se vice-presidente da República, Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e mesmo o general Santa Rosa tornou-se chefe da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos até dezembro de 2019, enquanto Eliéser Girão Monteiro Filho, foi eleito deputado federal.

O que parece confirmar a tese segundo a qual tal partido informal tem tido sucesso na formação de lideranças e “quadros”, sendo dotado de uma base eleitoral e militante ramificada para além da própria instituição militar (SOUZA, 2022), que ora aproveita momentos de erosão democrática realizados por outras instâncias como, por exemplo, através da emergência de *outsiders* ou “baixos cleros” (NOBRE, 2022), ora contribui pessoalmente para tal desgaste, com um protagonismo que se aproxima do formato de um partido político em ação (OLIVEIRA; KALIL, 2021).

Nesse contexto, a atuação política daqueles militares reitera os objetivos de domesticação da sociedade e do próprio Estado como um todo, visão típica de militares atuantes em países com histórico colonial. Sem uma indústria bélica autônoma e empregados em infindáveis atividades não militares, o *patriotismo castrense* manifesta-se como o garantidor do *status quo* capitalista (DOMINGOS NETO, 2019), chegando em certos casos a extrapolar a simples defesa de grupos dominantes e pautas corporativas de interesse das Forças Armadas; e passando a enfocar os militares como a *única* “elite” capaz de coordenar a integração da sociedade, pensada como uma profusão de “arquipélagos” desconexos (LEIRNER, 1997).

REFERÊNCIAS

- ALBERTINI, L. P. O Exército e os Outros. *In*: CASTRO, C.; LEIRNER, P. de C. (org.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- ANGELO, C. Cada país tem o seu Custer, diz Possuelo. **Folha de S. Paulo**, 19 abr. 2008.
- AZEDO, L. C.; ROCHA, L. Divergência com Jobim. **Correio Braziliense**, 11 mar. 2009.
- BELIAKOVA, P. Erosion of Civilian Control in Democracies: A Comprehensive Framework for Comparative Analysis. **Comparative Political Studies**, v. 54, n. 8, p. 1393–1423, 2021.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL, K. Exército troca comando em Roraima e coloca general com posição neutra sobre reserva. **Folha de S. Paulo**, 29 set. 2008.

BRASIL. **Manual de Campanha C 45-1: Comunicação Social**. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2009a.

BRASIL. **Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Manual de Campanha EB70-MC-10.223 Operações**. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017.

BRITO, O. Fotografia é História: Há três anos, em frente o Congresso. **Os Divergentes**, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://osdivergentes.com.br/orlando-brito/fotografia-e-historia-ha-tres-anos-em-frente-o-congresso/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BROOKS, R. Political activity by the military in democracies. *In*: NIELSEN, S. C.; SNIDER, D. M. (ed.). **American civil-military relations: The soldier and the state in a new era**. [S. l.]: JHU Press, 2009.

CAMAROTTI, G. Raposa: Planalto cobra explicação de Jobim. **O Globo**, 11 maio 2008.

CARVALHO, J. de. General: reserva ameaça soberania. **O Globo**, 11 abr. 2008a.

CARVALHO, J. de. Governo decide reforçar as fronteiras. **O Globo**, 8 maio 2008b.

CARVALHO, J. de; BERLINCK, D. Lula: soberania de território é do Estado Brasileiro. **O Globo**, 12 abr. 2008.

CASTRO, C. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, C. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTRO, C. (org.). **General Villas Bôas: conversa com o comandante**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CASTRO, C.; SOUZA, A. B. de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. *In*: **Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

CATANHÊDE, E. Plano cria “comissão da calúnia”, diz general. **Folha de S. Paulo**, 10 fev. 2010. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18174&keyword=MAYNARD&anchor=58807>

54&origem=busca&originURL=&pd=557fdd562ac7ee5f1a660f7252059f4b. Acesso em: 10 jan. 2022.

CAVALCANTI-SCHIEL, R. A Política Indigenista, Para Além dos Mitos da Segurança Nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, 2009.

CCOMSEX. **A evolução do grande mudo**: os 40 anos do Centro de Comunicação Social do Exército na visão dos seus chefes / organização Monica Gugliano, Carlos Dároz – Brasília, DF: CCOMSEX, 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Nelson Jobim IV (depoimento, 2013)**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2015.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CORTINHAS, J. S.; VITELLI, M. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 7, p. 187-216, 2020

CRUZ, V.; GIELOW, I. Defesa exonera comandante do Exército que criticou governo. **Folha de S. Paulo**, 30 out. 2015. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20393&keyword=general%2CMourao&anchor=6006518&origem=busca&originURL=&pd=fae19dc39623514038acfe9fcf5e4ae3>. Acesso em: 03 set. 2023.

DEFESANET. Palestra General Mourão Grande Oriente do Brasil. 16 set. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Njp-7k7N3sY&t=303s>. Acesso em: 03 set. 2023.

DEFESANET. **Gen Ex Mourão**: Passagem para a Reserva. 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/28555/gen-ex-mourao-passagem-para-a-reserva/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DOMINGOS NETO, M. Sobre o patriotismo castrense. **Revista Perseu**, São Paulo, ano 13 n. 18, p. 13-35, 2019.

ÉBOLI, B. Militar que chefiou tropas no Haiti é cotado para o Senado em ‘chapão’ de generais. **Gazeta do Povo**, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/militar-que-chefiou-tropas-no-haiti-e-cotado-para-o-senado-em-chapao-de-generais-0rb4ro5tv2zwrarsarc2w10134/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ÉBOLI, E. Sem apoio, PF pode abortar ação em reserva. **O Globo**, 4 set. 2007a.

ÉBOLI, E. Jobim demite general. **O Globo**, 29 maio 2007b.

ÉBOLI, E. Quartel do Exército abriga ato contra reserva. **O Globo**, 10 maio 2008a.

ÉBOLI, E. General critica ONG de proteção aos índios. **O Globo**, 11 maio 2008b.

ÉBOLI, E. Generais criticam plano nacional de defesa. **O Globo**, 04 mar. 2009.

ÉBOLI, E. Manifestantes exibem boneco inflável de general que criticou governo. **O Globo**, 17 nov. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/manifestantes-exibem-boneco-inflavel-de-general-que-criticou-governo-18070976>. Acesso em: 03 set. 2023.

EMPOLI, G. D. Os **Engenheiros do Caos**. São Paulo: Vestígio. 2020.

ESTADO DE MINAS. **General do Exército é destituído de cargo após elogiar Bolsonaro e criticar Temer**. 9 dez. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/12/09/interna_politica,923437/general-do-exercito-e-destituído-de-cargo-apos-elogiar-bolsonaro-e-cri.shtml. Acesso em: 10 jan. 2022.

FARIA, T.; TRUFFI, R.; MONTEIRO, T. Comissão convida Jungmann para explicar declaração de general. **O Estado de S. Paulo**, 21 set. 2017.

FERNANDES, L. Raposa Serra do Sol. A questão de honra do general Heleno. **Brasil de Fato**, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/18/raposa-serra-do-sol-or-a-questao-de-honra-do-general-augusto-helena>. Acesso em: 3 ago. 2022.

FERRAZ, I.; XAVIER, R. M. General crítico à Comissão da Verdade é nomeado auxiliar de Bolsonaro. **Metrópoles**, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/general-critico-a-comissao-da-verdade-e-nomeado-auxiliar-de-bolsonaro>. Acesso em: 3 ago. 2022.

FERREIRA, O. S. **Vida e Morte do Partido Fardado**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

FOLHA DE S. PAULO. **General crítico ao governo recebe apoio de colegas**. 19 abr. 2008.

FRANCO, B. M. General na Geladeira. **Folha de S. Paulo**, 01 nov. 2015. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20395&keyword=Mourao&anchor=6006697&origem=busca&originURL=&pd=e51b9b6c3a7cd37f1dfdb28d45ba97f1>. Acesso em: 03 set. 2023.

FRAZÃO, F. General afirma que governo faz ‘balcão de negócio’. **O Estado de S. Paulo**, 09 dez. 2017.

FREITAS, J. de. Em busca de crise. **Folha de S. Paulo**, 24 abr. 2008.

FUCCILLE, A.. Amazônia e Defesa Nacional: um olhar a partir da perspectiva brasileira. **PAIAGUÁS: Revista de Estudos sobre o Pacífico e Amazônia**, v. 2, p. 131-149, 2015.

GENERAL Mourão e Tenente-Coronel Zucco em Brasília. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (1min). Publicado pelo canal Deputado Zucco. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xy72TaTJ1xA>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GOIS, A. Sinal Amarelo. **O Globo**, 10 mar. 2008.

HASWANI, M. Entrevista: General Heleno: do Comando da Amazônia à comunicação do COB. **Revista ALTERJOR Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)**, ano 7, v. 1, n. 13, jan./jun. 2016.

HOBBSBAWM, E. Introdução: A invenção das tradições, in E. Hobsbawn & Terence Rangel (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

LEIRNER, P. **Meia-Volta, Volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. 1. ed. São Paulo: FGV/FAPESP; Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEIRNER, P. O exército e a questão amazônica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 119-132, 1995.

LEIRNER, P. O Estado como Fazenda de Domesticação. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 4, n. 2, p. 38-70, jul./dez. 2012.

LEIRNER, P. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida**. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio De Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, E. Despedida do general Mourão para a reserva. YouTube, 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KF3j1QJDk_A. Acesso em: 04 set. 2023.

LOURENÇÃO, H. J. **Forças Armadas e Amazônia: (1985-2006)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007.

MALTCHIK, R. Exército manda que general se cale sobre 64. **O Globo**, 01 abr. 2011.

MANTOVANI, K. General Mourão filia-se ao PRTB e pode ser candidato a presidente pelo partido. **Folha de S. Paulo**, 8 maio 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/general-mourao-filia-se-ao-prtb-e-pode-ser-candidato-a-presidente-pelo-partido.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARTINS FILHO, J. R.. O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás. **Olhar (UFSCar)**, São Carlos, SP, v. 4, n.4, p. 104-120, 2001.

MARTINS FILHO, J. R.. Globalização e Forças Armadas no Brasil. **Crítica Marxista (São Paulo)**, São Paulo, v. IX, n.15, p. 85-106, 2002.

MARTINS FILHO, J. R. Tensões militares no governo Lula (2003-2009): a pré-história do acordo com a França. **Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)**, v. 4, p. 283-306, 2010.

MARTINS FILHO, J. R.. Ordem desunida: militares e política no governo Bolsonaro. **PERSEU: História, Memória e Política**, v. 13, p. 167-193, 2019.

MARTINS FILHO, J. R. (org.). **Os militares e a crise brasileira**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021.

MARTINS FILHO, J. R.; ZIRKER, D. Nationalism, National Security, and Amazonia: Military Perceptions and Attitudes in Contemporary Brazil. **Armed Forces & Society**, v. 27, n. 1. 2000.

MATOS, K. G. e. **Ordem e Progresso na Amazônia: o discurso militar indigenista**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MONTEIRO, T. Dilma se irrita com Funasa na Amazônia. **O Estado de S. Paulo**, 14 out. 2007.

MONTEIRO, T. Almirante critica reserva em Roraima. **O Estado de S. Paulo**, 16 maio 2008.

MONTEIRO, T. Generais criticam ‘politização’ no setor. **O Estado de S. Paulo**, 3 mar. 2009a.

MONTEIRO, T. Jobim ouve chefe do Exército sobre crítica. **O Estado de S. Paulo**, 04 mar. 2009b.

MONTEIRO, T. General que pediu ‘o despertar de uma luta patriótica’ é afastado. **O Estado de S. Paulo**, 30 out. 2015a.

MONTEIRO, T. ‘Há uma crise ética, mas instituições cumprem seu papel’. **O Estado de S. Paulo**, 31 out. 2015b.

MONTEIRO, T. Exército pode ‘impor’ solução, afirma general. **O Estado de S. Paulo**, 18 set. 2017a.

MONTEIRO, T. Jungman descarta punir general Mourão. **O Estado de S. Paulo**, 22 set. 2017b.

MONTEIRO, T.; NOGUEIRA, R.; PARAGUASSÚ, L. Lula cobra general por crítica a reserva. **O Estado de S. Paulo**, 18 abr. 2008.

MOREIRA, G. A. L. da S. **General Augusto Heleno: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a demarcação de uma política militar**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

MOTTA, R. de S. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 2000.

NOBRE, M. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash**. Trump, Brexit and Authoritarian Populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

O ESTADO DE S. PAULO. **Conflagração evitada**. Notas e informações. BR-A3. 12 abr. 2008.

O GLOBO. Generais punidos por criticar governo. **O Globo**, 12 maio 1990.

O GLOBO. Newton Cruz também deve ser punido. **O Globo**, 2 jun. 1989.

O GLOBO. A Amazônia será sempre nossa. **O Globo**, 7 maio 2008a.

O GLOBO. Exercício militar na fronteira com Venezuela. **O Globo**, 12 ago. 2008b.

OLIVEIRA, A. A. P. As forças armadas e as lutas populares no Brasil: breve introdução. *In*: BUZETTO, M. (org.). **Democracia e Direitos Humanos no Brasil: A ofensiva das direitas (2016/2020)**. 1. ed. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021a. v. 1, p. 1.

OLIVEIRA, A. A. P. O partido militar no sistema político brasileiro. *In*: CASTRO, L. I.; BUGARIN, M. S.; SCHWARTZ, F. P. (org.). **Anais do Simpósio Interdisciplinar sobre Sistema Político Brasileiro e XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados**. Santo Ângelo: Metrics, 2021b. p. 473-489.

OLIVEIRA, A. A. P.; KALIL, S. M. Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro. **Anuario Latino-Americano: Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, v. 11, p. 63-82, 2021.

OLIVEIRA, E. R. de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. **Interesse Nacional**, abr./jun. 2009.

OLIVEIRA, E. R. de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

ROUQUIÉ, A. **Os partidos militares no Brasil**. São Paulo: Record, 1990.

SAINT-PIERRE, H. L.; WINAND, Érica C. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **Revista de História (UNESP)**, v. vol. 2, p. 3-29, 2010.

SANTOS, E. H. de J. **Extrema-Direita, Volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Niterói: UFF, 2009.

SANTOS, E. H. de J.; ALVES, V. C. Os grupos de pressão formados por militares da reserva e o pensamento anticomunista. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 135–150, 2014.

SILVA, M. I. da C. **Raposa Serra do Sol: agentes políticos, conflitos e interesses**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

SOBRAL, E. General diz para Collor “dar tiro na cabeça”. **O Estado de S. Paulo**, 11 maio 1990.

SOUZA, M. P. J. de. A palavra convence, o exemplo arrasta. *In*: MARTINS FILHO, J. R. (org.). **Os militares e a crise brasileira**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021.

TABAK, F.; MENEZES, M. Cúpula militar critica governo. **O Globo**, 17 abr. 2008.

TVE-RS. O Comando Militar do Sul tem novo comandante, o general de exército Edson Leal Pujol. 27 jan. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EQlaCbaOakE&list=PLyeH38I_AwXoT9zXiYBz9vMC R1LHcue6j&index=6&t=1s. Acesso em: 24 abr. 2022.

VIANA, N. **Dano colateral: a intervenção dos militares na segurança pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

VITELLI, M. Back to basics: assessing military involvement in politics in contemporary Brazil. **Brasiliana: Journal for Bazilian Studies**, v. 10, p. 10-28, 2022.

VITOR, F. General Mourão anuncia frente de candidatos militares nas eleições. **Folha de S. Paulo**, 28 fev. 2018a. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/general-mourao-anuncia-frente-de-candidatos-militares-nas-eleicoes/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

VITOR, F. O vice e o cavalo. **Revista Piauí**, dez. 2018b. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-vice-cavalo/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

VIZEU, R. General pede “despertar para luta patriótica”. **Folha de S. Paulo**, 20 out. 2015. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20383&keyword=Mourao&anchor=6005229&origem=busca&originURL=&pd=9dae2e320d9b13c5b1f4ddb4ec593ebb>. Acesso em: 03 set. 2023.

WAGNER, R. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010 [1981].

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Agradeço o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa, bem como ao Prof. Dr. Piero C. Leirner e aos pareceristas anônimos pela leitura atenta e pelas sugestões feitas ao texto.

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Todos os dados e materiais utilizados no trabalho estão devidamente referenciados e podem ser consultados livremente.

Contribuições dos autores: Autoria própria.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

